

MEIO AMBIENTE

Com reciclagem de até 5,5% do lixo, região projeta novos orçamentos

Prefeituras buscam criar mecanismos financeiros que acompanhem grandes contratos de zeladoria

FELIPE DELMONDES

Especial para o **Diário**
felipedelmondes@dgabc.com.br

O Grande ABC avança na estruturação de sua economia circular, mas o desafio agora é contábil. Com taxas de reaproveitamento de resíduos que chegam a 5,5% do total gerado, as prefeituras da região estudam formas de modernizar os orçamentos municipais. O objetivo é criar mecanismos financeiros que acompanhem os grandes contratos de zeladoria, garantindo que o fomento às cooperativas de catadores cresça no mesmo ritmo das despesas com aterros sanitários.

O comparativo regional escancara diferentes realidades e estratégias. Segundo balanços oficiais das prefeituras e secretarias, Santo André e São Bernardo concentram os maiores volumes de investimento e retorno ambiental, enquanto São Caetano foca na capacidade total de recolhimento.

Em números proporcionais, Santo André lidera. De acordo com dados do Sema (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental), o município recicla 5,5% de todo o resíduo produzido, o que representa 1.113 toneladas mensais, frente a 19.012 toneladas enviadas

ao seu aterro próprio. A cidade investe cerca de R\$ 1,25 milhão por mês na operação. Já em números absolutos, São Bernardo puxa a fila. Segundo a Secretaria de Serviços Urbanos, o município reaproveita 1.386 toneladas mensais (cerca de 5,1% do total) e destina 25.691 toneladas ao aterro privado, com aporte semelhante, de R\$ 1,28 milhão.

Para ampliar esse volume estrutural, a Câmara de São Bernardo já iniciou debates para aumentar a fatia da Secretaria de Meio Ambiente, que hoje representa 0,19% do orçamento municipal.

São Caetano, por sua vez, destaca-se pelo alcance da operação. O Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental) informa que coleta 200 toneladas mensais e garante atendimento porta a porta a 100% da população. A estratégia da cidade baseia-se na entrega contínua de sacos amarelos nas residências, padronizando a separação na fonte.

Para os municípios que não possuem área própria de aterramento e pagam entre R\$ 130 e R\$ 180 por tonelada destinada à CTR Lara, a reciclagem também é uma questão de saúde financeira no longo prazo.

Em Diadema, dados da Prefeitura mostram que a cidade recicla 39,5 toneladas mensais – 0,42% das 9.340 toneladas aterradas. Para manter a rede, a gestão investe R\$ 6.160 por dia no serviço e repassa R\$ 642 por tonelada triada diretamente às cooperativas. Ri-

beirão Pires, que destina R\$ 515 mil anuais ao setor, alcança 2% de reaproveitamento (45 toneladas ao mês). Já Rio Grande da Serra projeta, na LOA (Lei Orçamentária Anual), um repasse de R\$ 10 mil mensais de subsídio à cooperativa local. A meta do município é saltar dos atuais 0,6% para 3% de reciclagem até o fim de 2026, utilizando o Fundo Municipal do Meio Ambiente como instrumento de gestão.

Embora a reciclagem e a coleta ainda dividam espaço com os demais serviços de limpeza pública nos orçamentos gerais, o tom das administrações é de planejamento e melhoria contínua. O Sema e prefeituras, como a de Diadema, mantêm os custos integrados, enquanto cidades como Ribeirão Pires relatam a condução de estudos internos para viabilizar fundos e modernizar contratos.

Regionalmente, a estruturação ainda aguarda novos avanços. Segundo o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, os dados de resíduos seguem gerenciados de forma descentralizada. A entidade projeta que o avanço passe pela adesão ao programa estadual "Integra Resíduos", que promete apoio do governo federal para fortalecer, de forma conjunta e regionalizada, as práticas de gestão e o fomento ambiental nas sete cidades.

A Prefeitura de Mauá não enviou seus indicadores oficiais até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3